



Reflexões sobre a geografia do afeto: a excepcionalidade identitária em meio às distorções do espaço-tempo

Reflections on the geography of affection: the identity exceptionality amidst space-time distortions

Leonardo Luiz Silveira da Silva¹  , Alfredo Costa²  

¹Departamento de Ensino, Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Salinas, Minas Gerais, Brasil

E-mail: leonardo.silveira@ifnmg.edu.br

²Departamento de Ensino, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: alfredo.costa@caxias.ifrs.edu.br

Recebido (Received): 21/09/2021

Aceito (Accepted): 17/10/2022

Resumo: O debate acerca das teorias não-representacionais, que desde o final dos anos 1990 é muito presente na geografia anglófona, é incipiente na geografia brasileira. Resgatou consigo a discussão sobre o espaço relativo, alicerçando seu arcabouço no conceito de afeto, que é, por sua vez, diretamente ligado às associações heterogêneas entre atores humanos e actantes não-humanos dispostos em redes. Os deslocamentos dos atores pelo espaço auxiliam a dinamizar as múltiplas percepções do espaço, ao submeter o ente que desloca à experiência do movimento. As distorções espaciais provocadas pelas relações em redes são capazes de alongar ou dobrar o espaço, além de comprimir ou dilatar o tempo. Partindo do pressuposto de que o ser é indissociável ao espaço percebido, o artigo em questão, essencialmente epistemológico, defende a premissa de que as distorções relativas do espaço são distorções da própria identidade. Este processo rejeita uma relação clara de causa e consequência entre espaço e identidade, apontando para um processo dialético e retroalimentado, que ressoa o afeto das associações heterogêneas, bem como contribui para o afeto de outrem.

Palavras-chave: Teorias não-representacionais; Afeto; Espaço Relativo; Identidades.

Abstract: *The debate about non-representational theories, although recurrent in anglophone geography since the late 1990s, is incipient in Brazilian geography. It retook the discussion about relative space, basing its framework on the concept of affect, which is directly linked to heterogeneous associations between human and non-human actors arranged in networks. Actors' displacements through space help to dynamize the multiple perceptions of the space itself, by submitting the individual who is dislocating to the experience of movement. Spatial distortions caused by relationships in networks, in turn, are capable of stretching or bending space, in addition to compressing or expanding time. Based on the assumption that the being is inseparable from the perceived space, this paper - which is essentially epistemological - defends the premise that the relative distortions of space are distortions of the identity itself, a process that rejects a clear cause-and-consequence relationship between space and identity, pointing to a dialectical and feedback process that resonates the heterogeneous associations affections, as well as contributes to the affection of others.*

Keywords: *Non-representational theories; Affection; Relative Space; Identities.*

1. Introdução

É certo que o espaço objetivo, cartesiano, acolhe múltiplas relações envolvendo indivíduos e coisas (INGOLD, 2012). Contudo, as relações se espalham e entrelaçam no espaço, produzindo malhas complexas, territorializando-o (RAFFESTIN, 1980) e significando-o dinâmica e intersubjetivamente. Esta qualidade intersubjetiva da significação dá o tom da plasticidade do espaço relativo, topologicamente rearranjado ao sabor das formulações advindas das múltiplas identidades que nele veem uma extensão do seu próprio ser. Neste contexto, a concepção do *dasein* heideggeriano é esclarecedora: na lógica do filósofo, “a existência é a

dimensão do estar-aí do ser, sua estrutura relacional e simbiótica com a sua alteridade, ou seja, os outros entes, e é a fonte dinâmica da mutação e redefinição do ser” (MARTINS, 2007, p. 35).

Deste modo, não se observa o triunfo do antagonismo entre o homem e o mundo, sendo que este último é a indissociável extensão do ser (ROEHE; DUTRA, 2014). A partir de uma reflexão essencialmente epistemológica sobre as consequências do entrelaçamento dos conceitos de distância, deslocamento, tempo e afeto - epítetos do espaço relativo plástico e, *ipso facto*, continuamente dinâmico – objetivamos defender a hipótese de que as distorções do espaço-tempo relativo são distorções da própria identidade.

Edificados no período pós-Renascença, os ideais modernos foram construídos no contexto da aceleração dos progressos técnicos, que interferiu na própria ideia de natureza. Como reserva de recursos à disposição da sanha humana, o meio natural é concebido em âmbito material e objetivo que existe em si, de maneira exterior ao homem e de forma independente a todo o conhecimento (ALMEIDA, 2004). Neste sentido, a filosofia de Heidegger representa uma crítica à concepção moderna, endossado pela perspectiva posterior trazida por Tim Ingold: “eu rejeito a divisão entre mundo interior e exterior – e respectivamente entre mente e matéria, significado e substância” e ainda salienta: “e por intermédio da vida na paisagem, ela se torna parte de nós, assim como nós nos tornamos parte dela” (INGOLD, 1993, p.154). No seio da própria geografia, autores se propuseram a criticar a cisão sujeito *versus* objeto envolvendo homem e natureza, como se vê na dialética de Denis Cosgrove: “as ideias humanas moldam a paisagem, as intenções humanas criam e mantêm lugares, mas a nossa experiência no espaço e no lugar propriamente molda as ideias humanas” (COSGROVE, 1978, p.66). A concepção de que a natureza não se autodenomina (SCHAMA, 2009) apresenta-se particularmente ligada a essa discussão e como alternativa ao discurso moderno.

De forma similar, as proposições de Augustin Berque (2012; 2017) acerca dos conceitos de *trajeção* e *geogramas* nos auxiliam a transcender a hegemonia da materialidade no ato perceptivo e descritivo do espaço, em um tema bastante problematizado pela literatura acadêmica (WATSON, 1983; SILVA, 2020). Em meio às tensões proporcionadas pela crítica da abordagem materialista da geografia, evidencia-se o idealismo, oferecendo-se aprioristicamente como alternativa epistemológica ao fazer geográfico. Nas palavras do entusiasta idealista Leonard Guelke: “a abordagem idealista para a explicação das ações humanas não negligencia os aspectos materiais da existência humana, mas insiste que tais aspectos devam ser tratados a partir do pensamento dos indivíduos que estão envolvidos” (GUELKE, 1974 p.200).

O social-construtivismo amparou-se em posições idealistas para rejeitar o essencialismo de categorias-chave da geografia e, interdisciplinarmente, das humanidades. Assim, elaborações como “não existe aquilo que chamamos de cultura” (MITCHELL, 1995), “a nação como comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), “a anarquia é aquilo que os Estados fazem dela” (WENDT, 1992), “O mito dos Estados-Nação” (MIKESELL, 1983), “a raça termina aqui” (GILROY, 1998), assim como a crítica às tradições sauerianas da geografia cultural (DUNCAN, 1980), povoaram as publicações de prestigiosas revistas acadêmicas e inspiraram críticas quanto ao caráter material da cultura (COHEN, 1993; SILVA; COSTA, 2018a; 2018b, 2020a), como de diversas outras categorias das humanidades, dentre as quais a classe (THOMPSON, 1987) e a região (HARTSHORNE, 1978; BARROS, 2005; SILVA; COSTA, 2020b).

Nos anos 1990, Nigel Thrift inaugurou o debate não-representacional da geografia em diversas publicações. Sua abordagem ganhou repercussão em um curto espaço de tempo e pudemos assistir, na aurora do século XXI – pelo menos nos países anglófonos -, um grande número de trabalhos na área de geografia que versa sobre os pressupostos não-representacionais. No Brasil o debate é incipiente. As chamadas teorias não representacionais (TNR) se constituem como abordagens que visam “a compreensão do mundo em termos da efetividade, mais do que pela sua representação” (THRIFT, 2000, p.216). Compreendemos o sentido da palavra “efetividade”, empregada por Thrift, como as relações entre os elementos com eles se manifestam perante nós, e não como versões que nos são oferecidas pela interpretação alheia. Complementando Thrift, Paul Harrison (2007) argumenta que na perspectiva das TNR, a representação é constitutivamente inadequada, à medida que é sempre estratégica e seletiva, mesmo quando não pretende ser. Por isso mesmo, a perspectiva das TNR é vista, em certa perspectiva, como crítica à nova geografia cultural, que, nos anos 1980 e 1990 “tendeu a conceber a paisagem somente em termos de representação e como um “modo de ver ideológico” (MACPHERSON, 2010, p.6).

Explorando firmemente a intersubjetividade do espaço relacional, as TNR substanciam o debate que aqui propomos. Podemos partir da hipótese da “elasticidade do espaço-tempo relativo” ou da “multiplicação dos espaços-tempo relativos” para aludir ao fenômeno que alicerça nossa discussão. As duas expressões conseguem dialogar com nosso arcabouço teórico ao considerar a múltipla possibilidade perceptiva do espaço relacional que se molda a partir do ser-no-mundo: a partir da perspectiva identitária, distância, deslocamento e tempo se entrelaçam com o afeto, moldando dinamicamente o espaço relativo.

Para defendermos nossa hipótese, de que as deformações do espaço-tempo relativo são distorções da própria identidade, escolhemos como estratégia apresentar sequencialmente os fundamentos das TNR e do conceito de afeto, para que possamos compreender melhor as relações de suas premissas com a ideia do espaço-tempo relativo. Em seguida, após a reflexão sobre o espaço e o tempo, refletiremos sobre as distorções identitárias, que substanciaram nossa hipótese.

2. Teorias Não-Representacionais (TRN)

As premissas do social construtivismo e a influência da teoria ator-rede, dentre outras perspectivas que relativizam a materialidade da ordem simbólica, como a fenomenologia e a pós-fenomenologia, compuseram o terreno fértil que substanciou aquilo que tem sido chamado de teorias não-representacionais. As bases filosóficas que sustentam a articulação das premissas das TNR são anteriores à década de 1990, que marcou o surgimento do termo (CADMAN, 2009; SIMPSON, 2017). Expressa no plural, não consiste verdadeiramente em teorias, sendo a expressão melhor compreendida como formas de elaborar processos e práticas. O termo foi cunhado por Nigel Thrift, referindo-se a um conjunto de trabalhos que dão ênfase ao modo como o espaço e o tempo emergem por intermédio de práticas corporificadas (*embodied practices*) (MACPHERSON, 2010). Isso significa dizer que o corpo e o ambiente que lhe provoca estímulos e respostas precisam ser analisados conjuntamente, numa relação simbiótica marcada pelo afeto e capacidade de afetar, envolvendo atores humanos e não-humanos. O foco das TNR nas relações entre atores humanos e não-humanos deriva-se da forte influência da teoria ator-rede.

No bem referenciado artigo *Afterwords*, Thrift (2000) evidencia sua crença que as TNR é um estilo de pensar. Assim, podemos nos referir a este estilo como “não-representacionista”. O autor argumenta: “notem que eu utilizo a palavra estilo deliberadamente: este não é um novo edifício teórico que está sendo construído, mas um meio de valorizar e trabalhar com as atividades práticas do dia-a-dia da forma em que elas ocorrem” (THRIFT, 2000, p.216).

A abordagem das TNR tem tido destaque – notavelmente a partir dos primeiros anos do século XXI – principalmente no âmbito da geografia cultural (PAIVA, 2017). Tem o seu *core* no Reino Unido, apresentando influência em todo o mundo anglófono e em alguns países europeus (PAIVA, 2018). Apesar das TNR recentemente terem se tornado relevantes nos estudos culturais em geografia, não apagaram outras perspectivas, o que reforça o fato da abordagem cultural em geografia manter o seu caráter pluralista. No Brasil, em particular, a discussão sobre as TNR no âmbito da geografia é extremamente incipiente.

Uma das motivações para o desenvolvimento deste corpo teórico é a percepção de que a virada cultural deixou lacunas quanto ao caráter elusivo da representação cultural, das complexas interações de poder e das ações que são frutos de automatismos, subliminaridades e até mesmo da alienação e do não intencional. Complementando Thrift, Paul Harrison (2007) argumenta que na perspectiva das TNR, a representação é constitutivamente inadequada, à medida que é sempre estratégica e seletiva, mesmo quando não pretende ser. Por isso mesmo, a perspectiva das TNR é vista, em certa perspectiva, como crítica à nova geografia cultural, que, nos anos 1980 e 1990 “tendeu a conceber a paisagem somente em termos de representação e como um “modo de ver ideológico” (MACPHERSON, 2010, p.6). Além disso, a abordagem das TNR, assim como outras que incluem a possibilidade da agência não-humana na análise geográfica, já apresentam em si uma diferença frente à nova geografia cultural (SOUZA JÚNIOR, 2021).

Para termos uma noção do caráter recente da perspectiva não-representacional, basta observarmos a confissão do proeminente professor Tim Cresswell (2012) que – assistindo a uma exposição de Nigel Thrift no final dos anos 1990 – ouviu pela primeira vez o termo não-representacional. Perguntando a Thrift após o evento a respeito do que se tratava o termo, ouviu uma rápida explicação e continuou sem entender (CRESSWELL, 2012), o que o motivou posteriormente a investir nesta nova abordagem que se instalava nos estudos culturais.

Reconhecendo a pluralidade das TNR, Nigel Thrift (2000) em *Afterwords* identificou três principais abordagens/aplicações que até a data da publicação do seu artigo vinham ganhando destaque. Thrift salientou que estas três principais abordagens se apoiam e não são excludentes. São elas: a) contribuições na área da teoria feminista; b) conexões envolvendo a psicologia social, a geografia humana e a teoria ator-rede; c) desenvolvimentos que se utilizavam de preceitos biológicos, naquilo que percebeu como “uma crescente escola de filosofia biológica” (THRIFT, 2000, p.217), centrada em reflexões sobre o corpo e áreas pouco palatáveis aos geógrafos, como, por exemplo, a genética.

As TNR contam com uma abordagem que procura transcender a compreensão do simbolismo como finalidade, buscando contemplar o entendimento mais profundo sobre o indivíduo, sua capacidade de ação no

ambiente e de que formas estas ações são potencializadas ou constrangidas pelas materialidades que com ele se relacionam. Nesta abordagem é marcada a oposição à geografia que vê o ato de representação como fixo (CRESSWELL, 2012) pregando a transcendência da materialidade e também do idealismo, assim como podemos ver nas elaborações de Augustin Berque e de tantos outros que veem a divisão entre mente e matéria como infrutífera. Assim, no interior desta perspectiva, paisagens e lugares não são entendidos como entidades em si mesmos, sendo defendida a necessidade de pensarmos nosso entorno conjuntamente com o modo pelo qual a paisagem e os lugares nos forçam a pensar e sentir (WATERTON, 2019), ou seja, uma perspectiva dialética.

Na perspectiva das TNR, a paisagem é ao mesmo tempo uma ideia e um espaço material que precisam ser constantemente repensados. Neste processo, o corpo possui uma fundamental importância para a constituição das paisagens assim como as paisagens possuem importância na constituição dos corpos (MACPHERSON, 2010). Para Thrift (2000) não existe um mundo meramente contemplativo: o mundo que é palco de nossas ações carrega efeitos “que precisam ser relacionados a uma corrente infinita de circunstâncias” (THRIFT, 2000, p.217). Assim, o mundo está sendo feito, é processual e está em permanente ação. Não há palavra final. No lugar de uma reificação, ou, em outras palavras, de uma descrição estanque da paisagem e do lugar, temos o porvir infinito e em constante reativação. A agência humana, por sua vez, representa a corporificação da complexa relação entre indivíduos, animais e coisas em espaços e tempos particulares (numa visão não newtoniana acerca do espaço-tempo, dotada de relativismo). A agência humana não memoriza o passado: o encena, trazendo-o de volta à vida, como em uma narrativa dotada de intencionalidades e imperfeições. Da mesma forma, a ação humana não espelha espaços, os reflete de forma incompleta, como fragmentos que montam um mosaico cujo conjunto é tão minuciosamente diverso ao ponto de ser excepcional. Assim, a ação humana é afetada pelo ambiente relacional, assim como é também capaz de o afetar. Por esta razão, o conceito de afeto é central para a perspectiva das TNR.

3. Afeto

Considerando que as emoções formam um rico arranjo moral no qual o mundo é pensado, fala-se na perspectiva das TNR em afeto (*affect*). “A noção de afeto tem sido encontrada espalhada em trabalhos que lidam com as emoções em geografia – e, como consequência, o seu significado permanece elusivo” (PILE, 2010, p.8). Ben Anderson (2017) reforça o caráter elusivo do afeto ao asseverar que não há uma definição simples desta palavra na geografia ou em outras disciplinas, assim como ocorre com termos como emoções ou sentimentos. Em uma de suas compreensões, o afeto é entendido como um conjunto de variáveis que compõe a experiência cotidiana dos indivíduos e que se materializam por meio de práticas corporificadas que passam, por sua vez, a serem manifestações do afeto que atingem outros corpos. Esta definição é mais uma mostra de que a dicotomia materialidade *versus* imaterialidade é inapropriada na perspectiva das TNR. Nesta lógica, toda prática é corporificada, justamente por trabalhar as dimensões das ideias e da matéria, em um conjunto indissociável e não discernível. Steven Pile (2010, p.8) destaca que o afeto “demonstra a capacidade transpessoal que um corpo tem de ser afetado e de afetar”, argumento que é endossado por outros estudiosos da temática, como Ben Anderson (2016). Deste modo, o afeto é transpessoal, à medida que se desenha no relacionamento de muitos corpos.

O afeto não pode ser confundido com as emoções, pois elas são oriundas da complexa cadeia emotiva particular à agência humana (THRIFT, 2000). Por isso mesmo, o afeto precisa ser compreendido a partir da perspectiva dialética da materialidade/imaterialidade que, por sua vez, auxilia na explicação das condutas (aqui entendidas como a agência humana) e na ocorrência de eventos. É importante destacar que as emoções são guiadas e atuam na complexa interação envolvendo os homens e também estes e os elementos não-humanos, contribuindo para a ocorrência de eventos que podem possuir grande magnitude em sua abrangência ou mesmo se restringir aos fatos corriqueiros e que passam despercebidos no plano da vida cotidiana (THRIFT, 2004). Na dimensão das TNR, há consideração de que as emoções são mediadas pelo corpo. Se o corpo se apresenta indissociável frente ao espaço, existe a necessidade de vermos corpo, ação, emoção, espaço (SILVA, 2016) e afeto intrinsecamente relacionados.

É relativamente comum a noção de que as emoções são socialmente construídas (SILVA, 2016), mas há de se considerar, no plano das TNR, a agência não humana como partícipe da construção emocional. Esgueirando-se entre a materialidade e a imaterialidade, o afeto é incapaz de ser representado (PILE, 2010) *per si*, ainda que as mais diversas representações interfiram em sua dinâmica. A dimensão não-representacional do afeto se explica pelo fato do conceito ser definido por meio de conteúdos conscientes e inconscientes, sendo expresso por intermédio de reações corpóreas autônomas (ANDERSON, 2017). Assim, o afeto não pode ser demonstrado ou plenamente compreendido (PILE, 2010), e pode estimular eventos que

no ato de sua ocorrência expressam mais do que as suas causas superficiais. Por isso, as representações são incapazes de reproduzir/simbolizar o afeto, pois a fixidez representacional é incompatível com a fluidez afetiva. Considerando que o afeto se manifesta na dialética “com” e “entre” corpos (*in-between bodies*), é possível elaborar que as atitudes ou “eventos” que aparentemente são causados por ações individuais possam impactar na coletividade.

Como conceitos que participam ativamente das TNR, acreditamos ser importante destacar detidamente as diferenças entre as emoções e o afeto, que substanciam os subcampos das *emotional geographies* e *affectual geographies*. É notória a percepção de que ambos combinam elementos de forte interdisciplinaridade dentro do campo das humanidades. São claras as interfaces com a filosofia, a antropologia, a sociologia, bem como com as subáreas dos estudos culturais e de gênero (THIEN, 2005). Por outro lado, acordo com Steven Pile (2010), destacam-se como diferenças: a) emoções e afetos são fluidos. Entretanto, faz mais sentido pensar que as emoções se movem e o afeto circula, já que a sua constituição se ressignifica perpetuamente na relação entre corpos; b) pesquisas na área das geografias emocionais envolvem conversas diretas com as pessoas acerca daquilo que estão sentindo, ao passo que nas pesquisas das geografias do afeto isso não é comum. De forma mais elaborada, as geografias do afeto consideram a possibilidade de levar em consideração o subconsciente (apoiando-se na psicanálise) e em métodos etnográficos variados; c) o corpo é importante tanto para as geografias emocionais quanto as geografias do afeto. Todavia, o corpo é visto a partir da pessoalidade na primeira enquanto que na segunda, prevalece a visão da transpessoalidade corpórea; d) nas geografias emocionais o afeto permanece como um objeto psicológico, ainda que repouse no subconsciente. Nas geografias afetivas, o afeto nunca é um objeto da consciência, nem mesmo pertence ao subconsciente (Pile, 2010), não sendo, portanto, um “pensamento”.

Deborah Thien (2005) faz uma ressalva importante sobre os limites nublados entre as geografias emocionais e as do afeto. Para a autora, a oposição que costumeiramente é feita entre emoções e a razão faz com que alguns autores busquem escapar do rótulo de “geografia emocional” já que seus trabalhos poderiam ser considerados irracionais e desprovidos de rigor acadêmico. Assim, existe um alijamento do termo “emotion” a favor do termo “affect” (THIEN, 2005). O alijamento em questão parece-nos meramente uma tentativa de propagandear rótulos do que uma ação causada por uma séria reflexão epistemológica; afinal, o afeto, assim como as emoções, possui uma face intangível. É curioso que as emoções e também o afeto não são somente objetos a serem analisados pelo acadêmico utopicamente neutro. Afinal, assim como Rebekah Widdowfield (2000) elabora, as emoções podem interferir na própria relação do pesquisador com suas fontes e a forma escolhida para estruturar e comunicar sua pesquisa. O medo pode fazer um pesquisador abandonar um projeto ou alterar sua abordagem (WIDDOWFIELD, 2000).

As relações afetivas que são base do pensamento das TNR proporcionam, em nível identitário, formas muito particulares de compreender o espaço e o tempo. É por esta razão que a ideia sobre a relatividade espaço-temporal está intimamente ligada aos pressupostos das TNR.

4. O espaço relativo

É importante destacar, de partida, que espaço e tempo também são dimensões indissociáveis. A problematização de Christian Grataloup (2006), que afirma que períodos são regiões, possui grande valor didático. Ao fazer esta afirmativa, o autor considera que os processos históricos que marcam determinados períodos, a rigor, ocorrem de forma mais clara em determinadas porções do espaço. Nesse sentido, a ideia acerca de um período feudal, possui espacialidade. Assim, falar sobre espaço relativo também inclui considerações sobre distorções temporais.

Em um trabalho que aborda premissas comumente contidas nas TNR, o antropólogo Tim Ingold (2004) analisou de que forma o advento dos calçados modificou a forma do homem de se relacionar e perceber o ambiente ao qual está inserido. Percebe-se que é necessário, na perspectiva das TNR, transcender a materialidade do espaço cartesiano, compreendendo o mesmo como relacional. O espaço relacional e relativo abriga a paisagem e lugar igualmente relativos, produzidos, elaborados e reelaborados pela ação complexa das múltiplas agências em jogo: referimo-nos aqui aos atores humanos e aos diversificados atores não humanos. Na lógica desta afirmação, “o espaço é relacional, subjetivo e pessoal” e, deste modo, visto como “um relativo produto de interrelações conectado por meio de identidades e entidades que o provém de direções, escalas, sentidos, limites e diferença” (CROUCH, 2017, p. 4). Nesta perspectiva espacial plástica, ao invés de pensarmos em termos de superfícies – com duas dimensões – ou esferas – com três dimensões – somos estimulados a pensar em termos dos nós que articulam as redes e que possuem tantas dimensões quanto possuem conexões. Assim, as redes não podem ser descritas sem que reconheçamos suas complexas e difusas capilaridades, que não são acolhidas pelas noções trazidas pelos conceitos de nível, camada, esfera,

categoria e estrutura (LATOUR, 1996). Fica claro que na perspectiva das TNR – assim como ocorre com a teoria ator-rede – o espaço relacional não é simétrico frente ao espaço cartesiano, o que nos permite refletir topologicamente. Rogério Haesbaert aborda assim a diferença entre eles:

Aquilo que em uma geometria mais simples, absoluta ou euclidiana, é lido como espaço-ponto, transforma-se “relacionalmente” em espaço-conexão, as linhas são recheadas por fluxos e até mesmo as extensões ou zonas não só são constituídas por (ou “contêm”) redes em movimento como também, em conjunto, movimentam-se – como na metáfora da mancha de óleo ou na realidade de uma massa de ar – que se desloca e se transforma (HAESBAERT, 2021, p.38).

O uso da palavra topologia é recorrente no debate sobre espaço e tempo relativos. O pensamento topológico carrega a promessa de uma teoria espacial pós-euclidiana e pós-cartesiana, ou seja, uma forma de pensar as relações, o espaço e o movimento além das grandezas métricas, mapeamentos e cálculos (ALLEN, 2011b; PAASI, 2011; MARTIN; SECOR, 2014). É importante destacar que a topologia tem suas raízes na matemática, precisamente na geometria: Bernhard Riemann contribuiu para a expansão da geometria não-euclidiana demonstrando que o espaço euclidiano não era uma verdade absoluta ou um fundamento científico, constituindo-se como uma possibilidade de representação dentre outras. Na geografia, o uso da palavra topologia é metafórico, constituindo-se como um dispositivo heurístico (MARTIN; SECOR, 2014). Apesar de estar associado a estas origens matemáticas, Lauren Martin e Anna J. Secor (2014), com as quais concordamos, consideram que o uso da topologia na geografia deve estar menos preocupado com a fidelidade frente aos princípios matemáticos que regem o conceito e direcionar a atenção à articulação da palavra frente à ideia pós-estruturalista do espaço. Os autores consideram que a topologia tem se posicionado como uma porta de entrada não apenas para a reflexão espacial que utiliza pressupostos pós-estruturalistas, mas também de pensar o pós-estruturalismo espacialmente (MARTIN; SECOR, 2014).

Como a teoria ator-rede (TAR) substancia as TNR, cabe-nos aqui um maior aprofundamento em seu arcabouço teórico, que tem como expoentes Bruno Latour e John Law (NOBRE; PEDRO, 2010). A TAR é um caminho útil para pensarmos como as relações espaciais se inserem em redes complexas, e, desta forma, eficaz para lidar com os pragmáticos dualismos entre natureza/sociedade e local/global, que por tanto tempo tem afligido o trabalho geográfico (MURDOCH, 1998). As relações entre atores, a partir de múltiplas perspectivas, inspiram a consideração do espaço-tempo relativo. Para além das orientações cartesianas, compreende-se que as distintas percepções individuais conduzem à topológica perspectiva da maleabilidade representacional do espaço, que, por sua vez, é uma reação à forma como as pessoas superam as distâncias e se relacionam com o tempo-espaço (INKPEN et al., 2007).

O relativismo espacial não é um assunto novo na geografia. O século XX ainda contava os seus primeiros anos quando Halford Mackinder (1919, 2003), no âmbito da geopolítica, passou a desafiar a hegemonia da teoria do poder marítimo, a partir da tese de que o incremento de ferrovias reorganizaria a balança de poder a favor das potências continentais. É perceptível que a aceleração de fluxos e sua relação com o incremento de poder é a mesma lógica da cronopolítica de Paul Virilio (2007). O relativismo espacial também foi problematizado por David Harvey em *A condição pós-moderna*, obra de grande repercussão, especialmente quando o autor se referiu à compressão espaço-temporal causada pelo incremento dos transportes cada vez mais rápidos.

A perspectiva do espaço relativo é um tema caro às TAR e também as TNR, o que se explica justamente pelo papel desempenhado pelas relações entre elementos humanos e não-humanos da rede. Na TAR, atores não podem ser concebidos como identidades fixas, mas como fluxos, como objetos circulantes em processo de experimentação (LATOUR, 1996), o que auxilia o entendimento acerca da natureza plástica do espaço-tempo. As distintas acelerações no espaço se constituem como elementos que auxiliam na explicação acerca das múltiplas percepções acerca do espaço. Além disso, explicam a natureza e os desdobramentos advindos das relações entre os elementos da rede. Considerando o acesso aos meios de transporte rápidos, podemos nos referir a “espaços comprimidos”, nos quais a distância cartesiana parece se encurtar; por outro lado, acessos a superfícies difíceis de serem transpostas, pela densa vegetação ou quaisquer outros obstáculos naturais (ou até mesmo constrangimentos políticos), seria possível considerar “espaços alongados”.

Destacamos ainda que o processo de estabelecimento de redes ironiza o espaço cartesiano, ao vincular e aproximar pontos distantes e mutuamente impactados em sua relação e, ao mesmo tempo, ignorar certas adjacências. Este é o argumento comumente empenhado na TAR que sustenta a consideração de que não existe uma hierarquia entre as escalas (sejam elas grandes, médias ou pequenas) (MCBRIDE, 2003), pois fenômenos que ocorrem nas proximidades de um ponto analisado, dado o arranjo das redes, podem ter menor influência sobre este ponto do que fenômenos ocorridos em distâncias muito maiores. Latour busca

esclarecer a inutilidade da escala para a TAR ao dizer que “uma rede nunca é maior do que outra; é simplesmente mais longa ou mais intensamente conectada” (LATOURE, 1996, p. 371). É curioso pensar que esta questão fere o princípio da proximidade geográfica, claramente sustentado no espaço objetivo-cartesiano. Por isso se fala, no âmbito da TAR e também das TNR de espaço relativo e relacional. John Allen avalia este papel irrelevante da escala no âmbito da TAR ao dizer que “a integridade do objeto e as formas como as redes sustentam certas coisas juntas é considerado mais importante do que as preocupações acerca da integridade territorial ou escalar” (ALLEN, 2011a, p.288).

A pós-fenomenologia também tem na ideia de espaço relativo um de seus pressupostos básicos, pois se preocupa tanto com a geografia fenomenológica quanto a relacional. Assim como as TAR e as TNR, a abordagem desta corrente considera que o espaço não pode ser entendido de forma reificada, como um todo coerente (ASH, 2020). As diferentes assimetrias de poder constroem concepções distintas sobre “o que é próximo” e “o que é distante”, distorcendo plasticamente o espaço e permitindo que falemos em topologias espaciais. No âmbito da pós-fenomenologia, a diferença para a TAR e as TNR é melhor percebida no foco dado às desigualdades e assimetrias de poder como força motriz da distorção espaço-tempo. Assim, “a pós-fenomenologia busca entender como todos os tipos de entidades” (incluindo agentes não-humanos – *parênteses nosso*), “que são aparentemente inconsequentes, produzem espaços que possibilitam, articulam e ampliam as desigualdades” (ASH, 2020, p.10).

5. O tempo relativo

Assim como ocorre com o espaço, existem, na dimensão do tempo, diferentes formas de concebê-lo. É certo que o desenvolvimento de instrumentos mais precisos de medida de tempo e, por consequência, a consolidação de uma presença temporal precisa, pavimentou o caminho para que o tempo linear substituisse paulatinamente o tempo cíclico. Percebemos este último, nos dias de hoje, como uma tipologia pré-moderna (STROHMAYER, 1997). As concepções sobre o tempo são muito ajustadas à organização social e, portanto, variam de sociedade para sociedade (HARVEY, 1990). Ao longo de suas carreiras, grandes nomes da antropologia apreciaram em explorar o fato de que as noções de tempo que naturalizamos poderem ser experimentadas por outras culturas de modo muito diferente, não somente de forma linear, como também estática ou cíclica (BLOCH, 1977). Naturalizamos tanto nossa organização do tempo ao ponto de sua problematização se apresentar como um dos mais notáveis exercícios de relativismo cultural.

David Harvey (1990) pondera que se o espaço e o tempo são construções sociais vistas como objetivas e, nesse sentido, inquestionáveis em sua compreensão, torna-se plausível considerar que os processos sociais, incluindo conflitos entre indivíduos e grupos, tem um papel nesta objetificação. Para Harvey (1990), a transição do feudalismo para o capitalismo redefiniu o conceito de espaço e tempo: a cronometria, expressa na criação de minutos e segundos, estaria a serviço da eficiência das relações de produção e de troca. O autor lembra que enquanto a hora é uma invenção do século XIII, o minuto e o segundo foram criados no século XVII. As compartimentações constituem-se como forma de expressar o triunfo sobre o tempo atomístico, composto por instantes e medido pelos segundos, minutos e demais padrões de medida. Este tempo socialmente arquitetado se apoia também na sazonalidade da paisagem e ajuda a construir os ciclos de trabalho. A construção do calendário e as compartimentações sociais do tempo edificam-se, dentre outras coisas, como pilares da governança (MUNN, 1992).

É difícil relativizar o espaço sem fazer o mesmo com o tempo: espaço e tempo relativos parecem ser produtos não somente do assédio de noções idealistas coletivamente construídas pela sociedade; parecem também estar diretamente ligadas à experiência do deslocar, onde velocidade e ritmo interferem na percepção do tempo. Assim, é necessário acrescentar como possibilidade a ideia do tempo como movimento ou fluxo, que é socialmente construído e pode comprimir as distâncias por intermédio do aumento da velocidade. Como nos traz a já abordada reflexão da compressão tempo-espaço de Harvey, a aniquilação do espaço pelo tempo faz parte de um processo no qual as distâncias diminuiram praticamente em uma mesma proporção do ganho de velocidade das pessoas. É um efeito claro da expansão da malha ferroviária que foi observada no início do século XIX (SCHIVELBUSCH, 1978) e da aeroviária, ainda que esta expansão não tenha sido espacialmente e socialmente homogênea. A sazonalidade das estações – bem como as variações climáticas - podem impor distintas dificuldades de deslocamento no espaço, criando – em um mesmo ano – noções diferentes acerca do binômio espaço-tempo. São exemplos que nos ajudam a considerar que o tempo possui plasticidade e relatividade.

Jonathan Friedman (1985) acrescenta outra noção de tempo possível: àquela que se refere a uma organização social particular de dada sociedade, com um calendário próprio que subdivide de forma diferente o tempo atomístico. Entre inúmeros exemplos, é o que ocorre com o povo Ainu que habita o espaço

insular e as franjas continentais entre o norte do Japão e a península de Kamchatka, no extremo oeste russo. Emiko Ohnuki-Tierney (1969), que estudou várias características deste povo, ressaltou que a organização do calendário ainu apresenta-se como uma “simples e binária divisão do fenômeno natural” (OHNUKI-TIERNEY, 1969, p.174). Não significa que os ainu não tenham qualquer noção do tempo duracional. Claramente os ainu são preocupados com o movimento do tempo do passado para o presente. Entretanto, ao dividir o tempo em estação quente e fria, dias e noites e repartir o calendário lunar em dois, mostram que “o tempo não existe como uma abstração livre, mas como um constituinte da relação entre a natureza e a estrutura social” (OHNUKI-TIERNEY, 1969, p.174). Silva e Lima (2020) problematizam que o mesmo período de tempo atomístico conduz a temporalidades diferentes em contextos socioespaciais distintos. Para apoiar esta assertiva, exemplificam as diferentes temporalidades presentes em comunidades rurais e urbanas. Todavia, ainda que também compartilhem da opinião que o sentido do tempo tem influência comunitária, acreditamos que a forma mais precisa de se tratar a temporalidade é no âmbito identitário. A própria generalização da dicotomia rural *versus* urbano apresentada por Silva e Lima (2020) evidenciam esta fragilidade. Afinal, cremos que é no entrecruzamento das experiências coletivas e individuais que a temporalidade, assim como a própria identidade, se constrói. Como ocorre com a identidade, acreditamos também que a noção da temporalidade é dinâmica, podendo ser ressignificada ao sabor das experiências assimiladas.

Ainda é possível considerar o tempo pertencente à dimensão religiosa. O estudo antropológico dos balineses conduziu à compreensão de que este povo possui duas temporalidades: um passado ritualístico que rejeita a ideia de duração, sendo, portanto, eternizado, e o passado não ritualizado, mundano, que sustenta as atividades práticas como a agricultura e a política (BLOCH, 1977; APPADURAI, 1981). Não nos causa estranheza essa descrição, que é apresentada como se fosse uma demonstração do exótico: afinal, a temporalidade do antigo testamento bíblico não parece ajustada às formas contemporâneas e predominantes de lidar com o tempo que prevalecem globalmente e sustentam as atividades cotidianas. A multiplicidade de entendimentos sobre o tempo nos leva a considerar que a associação tempo-paisagem possui diversas faces. Contudo, a experiência humana se dá no tempo atomístico, fazendo com que as demais temporalidades se constituam como lentes pra se ver o espaço.

6. Distorções espaciais, temporais e identitárias

É curioso pensar que em uma mesma rede se projetem um grande número de espaços e tempos, que se entrecruzam e mutuamente se impactam por meio de ressignificações. Cada arranjo relativo espaço-temporal pertence à dimensão do indivíduo, que por sua vez interage de maneira indissociável com o espaço relacional. A relação do indivíduo com o espaço é capaz de interferir na noção do espaço tempo-relativo de outros indivíduos. As distorções plásticas do espaço-tempo, por sua vez, auxiliam na compreensão da diversidade formativa das identidades, o que nos evidencia uma relação simbiótica e perpétua entre espaço-tempo-ator-rede.

Algumas práticas das TNR e também da teoria ator-rede (ALLEN, 2011a) evidenciam relações que permitem aludir ao conceito do ser-aí [*dasein*] de Martin Heidegger, que avalia o ser em seu contexto situacional, ou seja, em suas relações com os outros seres humanos, com a paisagem, o lugar (de forma mais ampla) e com coisas mais específicas (de forma mais restrita), o que possibilita quebrar com alguns vícios enraizados da modernidade. É salutar diferenciar, todavia, o nível ontológico do ôntico no âmbito do *dasein* heideggeriano: o ontológico refere-se à simbiose homem e ambiente pensada no ser humano enquanto espécie; já o nível ôntico diz respeito ao desdobramento individual do *dasein*, que se associaria ao plano do indivíduo ou mesmo de agrupamentos humanos. No que diz respeito à relação entre indivíduo e paisagem no âmbito das TNR, Hannah Macpherson expressa que a abordagem ajuda a “compreender o corpo e a paisagem como entidades dinâmicas e dependentes que devem ser pensadas conjuntamente” (MACPHERSON, 2010, p.3).

Ainda que não tenha mencionado as TNR, Pauli Tapani Karjalainen (2012) expressou sua noção de lugar marcada pela perspectiva em que espaço e indivíduo se fundem. Para o autor, “o espaço está internamente conectado com o ego e com o tempo. Lugar, tempo e ego compõem uma hélice tripla cujas espirais se projetam para fora promovendo o encontro pessoal do indivíduo com o mundo” (KARJALAINEN, 2012, p.5). A noção de topobiografia desenvolvida por Karjalainen (2009) sintetiza justamente esta forma de ver o homem, o espaço e também o tempo de forma indissociável. Ainda nesta perspectiva, John Wylie (2016) referiu-se à *ontopologia*, termo que combina *ontologia* e *topos* e associa a existência à localização. O pensamento ontopológico considera as conexões entre as pessoas e a paisagem: “certas pessoas e certas paisagens se pertencem e são feitas de sua própria interação; são envolvidas conjuntamente e carregam as

impressões desta relação. São inextricavelmente entrelaçadas” (WYLIE, 2016, p.409). Todavia, os entrelaces permitem elaborações excepcionais acerca da percepção do espaço, com repercussões para o lugar, a paisagem e para as próprias identidades.

O ser, que se fundamenta em uma própria simbiose com o espaço, o percebe ora comprimido, ora alongado, ao sabor dos afetos que nele repercutem e que dele ecoam. São úteis as considerações sobre o espaço relativo e relacional e as geografias afetivas, pois as redes que estruturam o debate das temáticas em questão são sempre instáveis e se reconfigurando, dando o tom da própria elasticidade da identidade, tão fluída quanto os limites não definidos da percepção humana. Nesse sentido, a ideia do espaço relativo e relacional e as geografias afetivas oportunizam abordagens sistêmicas envolvendo as redes, a paisagem e o lugar, bem como questões associadas às relações sociais e de poder e as considerações fenomenológicas, arcabouços que sustentam o apanágio pós-fenomenológico e, em certa medida, a chamada fenomenologia crítica. Tanto a pós-fenomenologia quanto a fenomenologia crítica surgem a partir de críticas à fenomenologia clássica, principalmente àquelas centradas na incapacidade desta filosofia de abordar profundamente as questões associadas às relações de poder entre os indivíduos, em lidar com as transformações sociais e novas formas de sociabilidade contemporânea (MARANDOLA Jr., 2013).

Nesta discussão crítica à fenomenologia, mais uma vez é reanimado o debate entre mente e matéria, no qual é defendida pelos pós-fenomenologistas a transcendência humana, ou seja, ir além de dos limites da nossa própria consciência, penetrando inclusive no campo da agência de animais e objetos materiais, como também pressupõe as TNR e a TAR. A experiência humana não se limitaria ao próprio corpo, se constituindo como uma força criativa distribuída através dos corpos e mundos (como objetos, eventos, lugares, espaços), que possuiriam força performativa e constitutiva (LEA, 2009). Para Suzy Adams (2007), enquanto a fenomenologia se preocupa com a filosofia da consciência e do sujeito, as abordagens pós-fenomenológicas dão ênfase na confrontação antrópica frente ao mundo, incluindo a articulação cultural desta confrontação, o que incorporaria “uma visão trans-subjetiva do significado, carente de permanente elucidação e interrogação” (ADAMS, 2007, p.3). Poderíamos aludir, nestes termos, a experiência como um fenômeno sempre relacional e dialético. Frente à fenomenologia clássica, há um deslocamento do foco da experiência do sujeito para um campo interativo onde sujeito e objetos passam a ser compreendidos como parte de uma dialética indissociável. Neste sentido, lembra-nos a proposta trajetiva de Augustin Berque (2017).

É importante destacar que o pensamento acerca do espaço relacional não pode partir do pressuposto que os elementos de uma rede são espacialmente fixos; estão também se deslocando, impulsionando e servindo-se de fluxos de toda ordem, estabelecendo, a partir de seu deslocamento dinâmico no espaço, o caráter de sua experiência. Claramente, a experiência pode ser muito variada entre indivíduos que compõem o espaço relacional, pois o próprio dinamismo de um partícipe de uma rede deve ser tratado de forma espectral, com possibilidades de variação que vão da quase imobilidade à inquietude absoluta em outro extremo. Lembremo-nos que não é só a agência humana que nos afeta enquanto partícipes de redes; ao deslocar somos sujeitos a experienciar relações com todo tipo de materialidade paisagística, além das óbvias interações humanas.

Nesse sentido é interessante pensarmos na rigidez dos caminhos. Sugerimos esta expressão para nos referirmos aos caminhos preferenciais que nos são oferecidos para nos deslocarmos entre pontos no espaço. Com o desenvolvimento de malhas de transporte modernos, os custos relativos de não utilizarmos as principais vias de deslocamento tornaram-se muito altos, tanto do ponto de vista financeiro, como energético e temporal. Nesse sentido, a busca por alternativas às rotas que nos são impostas tendem a alongar o espaço relativo e prolongar o tempo de deslocamento. A rigidez dos caminhos nos impõe, ainda, determinações visuais ao nos sujeitar apreciar a paisagem em movimento a partir de certa coleção de ângulos. Torna-se, irresistivelmente, a experiência vetorial do espaço. Os caminhos da subsistência, não integrados aos grandes corredores de fluxos, tornam-se não somente um *modus vivendi* e *operandi* alternativo à lógica produtiva hegemônica; mais que isso, se tornam ângulos paisagísticos e experienciais de ocorrência rara e por vezes privilegiada. É importante apontar que as causas da excepcionalidade do seu deslocamento são justamente a explicação para a fraqueza de sua conexão, o que nos evidencia que ser afetado e afetar também são ações relativas. São estes princípios que nos ajudam a compreender o entremear da distância, deslocamento, tempo e afeto no espaço relativo.

A rigidez dos caminhos não atenua a relatividade espacial. Os condicionamentos aos quais estamos submetidos, como os ritmos impostos pelas regras de trânsito e por barreiras físicas como congestionamentos ou postos de pedágio – ou, ao contrário, vias sem fiscalização dos limites de velocidade -, não são capazes de nos massificar, o que é explicado pelas múltiplas possibilidades ofertadas pelas agências humanas e não-humanas durante o ato de deslocar. A noção do ser-aí coloca o sentido de nossa existência simbioticamente ligada ao espaço vivido, que inclui a vida em sociedade e é capaz de interferir na elaboração de nossas

preferências estéticas, morais e de outras esferas que completam o fazer cotidiano. Assim, nossas identidades são moldadas pela experiência que ocorre no espaço, incluindo, neste particular, o nosso deslocar. As múltiplas direções e ritmos do deslocamento são particularmente excepcionais. Na lógica do afeto do indivíduo em rede, o deslocamento nos submete a um arranjo de relações específicas, o que ajuda a considerar o caráter de nossa experiência construída em percurso tão único quanto nossa íris.

O impacto do processo descrito em nossa identidade é notório. Homi Bhabha (2013) introduziu a ideia de que as identidades são sempre um acesso problemático à totalidade. Como numa aversão pós-moderna às metanarrativas, o autor condena implicitamente a materialização de uma verdade histórica e anuncia explicitamente a essência identitária: um conjunto de excepcionalidades temporalmente adiadas e espacialmente fendidas. Por tempos adiados, considera que as identidades são compostas por um mosaico de fragmentos temporais não lineares e de complexa associação ao tempo atomístico (MUNN, 1992), afinal, o passado é um país estrangeiro (LOWENTHAL, 2015). Por espaços fendidos, considera que as experiências formativas da identidade, sejam a partir da memória individual ou coletiva (HALBWACHS, 1990), se dão em porções que são espacialmente desconectadas. É curioso o exemplo de Ashis Nandy (2015), que demonstra que a experiência colonial tem o poder de demonstrar com clareza as fendas espaciais e os descompassos temporais. O autor destaca que “A Inglaterra vitoriana e eduardiana ainda está mais viva em bolsões da Índia do que na Inglaterra” e “a Pérsia sobrevive na Índia nas suas versões islâmica e pré-islâmica, de muitas maneiras mais confortavelmente do que no Irã de hoje” (NANDY, 2015, p.84). Ainda assim, estes espelhamentos são simulacros, não podendo se constituir como uma reprodução exata das formas originais. É certo que “o legado do colonialismo nega a possibilidade de uma identidade inglesa estável e unitária” (SHARP, 1994, p.67), mas é importante destacar que o sistema colonial consolidado na modernidade não é o único meio de provimento destes estranhamentos espaço-temporais destacados por Nandy (2015). O deslocamento e a inserção heterotópica dos elementos culturais garantem à originalidade das representações, ainda que possam, à *prima facie*, remeter às lembranças do seu lugar de origem.

As discontinuidades temporais e espaciais que compõem as identidades advêm de fluxos dos mais diversos que afetam as pessoas. É importante conceber que o próprio sujeito em deslocamento é um fluxo *per se*, colhendo e distribuindo afetos a partir de suas posições relativas e dinâmicas que integram suas trajetórias cotidianas. A forma do indivíduo se emaranhar com o espaço relacional é posicional, mas não estática. O arranjo relacional do indivíduo nas redes dinâmicas são alicerces da sua percepção do mundo, que é instável o suficiente para aludirmos à plasticidade espacial. Isto não é o mesmo que negar a materialidade do mundo vivido; diferentemente, é dizer que as materialidades (assim como as imaterialidades) compõem a complexa rede de interações que, tal como em um caleidoscópio, embaralham-se sobre a representação cartesiana, sujeitando-nos às impressões distorcidas da objetividade métrica. Dada a natureza simbiótica do espaço e ser na dimensão do *dasein* heideggeriano, confiamos que as distorções plásticas espaciais e temporais são distorções da própria identidade, que se reajusta ao sabor do rearranjo das relações dos sujeitos-em-rede. Nesse sentido, espaço e identidades emaranham-se dialética e indissociavelmente, em um processo essencialmente retroalimentado no qual causa e consequência se confundem.

7. Considerações finais

Acreditamos ser necessário considerar as TNR como um meio de transcender abordagens ontológicas da geografia, que desconsideram o espaço-tempo relativo e entificam categorias, conceitos e as leituras espaciais. As TNR permitem-nos abordar as relações de sujeitos com o espaço de forma indissociável, como nos brindou outrora as reflexões de Martin Heidegger. É de se destacar o potencial das TNR de – por intermédio da discussão acerca dos sujeitos-em-rede – conceber o espaço para além das medidas métricas consagradas pelo cartesianismo, entendendo-o como plástico, capaz de se moldar permanentemente ao sabor dos rearranjos das redes complexas e daquilo que Jonathan Murdoch (1997) chamou de associações heterogêneas. Nesse sentido, é central o conceito de afeto. Por trás da aridez epistemológica guardada pelo conceito de afeto, existe um caminho promissor para a compreensão das relações entre pessoas, objetos e animais, que animam o mundo.

É importante perceber que os deslocamentos, que envolvem discussões sobre ritmos e rumos, são variáveis que interferem nas relações das redes e no afeto (absorvido e disseminado pelos atores partícipes). O deslocamento propõe vencer distâncias, que no ato relacional não podem ser vistas a partir de um mesmo prisma. Assim, em termos comparativos e considerando as distâncias relativas, o espaço pode alongar-se ou comprimir-se. O mesmo ocorre com o tempo, que pode ser distorcido e percebido além da contagem dos minutos e segundos. É interessante pensar na lógica de Werther Holzer (1999; 2013), na qual o lugar pode ser entendido como uma pausa, no sentido do deslocamento, que lhe permite atribuir centralidade. A pausa é

mais poderosa do que o deslocamento no que tange à mudança de perspectiva. Aliada à temporalidade, “também podemos afirmar que essa mudança é variável conforme a duração, o período de tempo de que dispomos na vivência de um determinado espaço e o quanto esse próprio espaço acumula em termos de multiplicidade e densidade histórica” (HAESBAERT, 2021, p.46). Ou seja, a duração da pausa nos confere distintas possibilidades de contemplação, mostrando-nos de forma irresistível a indissociabilidade espaço-temporal.

Os pressupostos que envolvem as concepções entre espaço e tempo relativos são a base para o estabelecimento de reflexões que rejeitam divisões entre mente e matéria bem como entre sujeito e objeto. Cria-se, nesta perspectiva, o modo indissociável que funda a dinâmica entre espaço e identidade. Para tanto, insistimos na concepção do ser espacialmente imbricado para argumentar que as distorções relativas do espaço e do tempo são propriamente distorções identitárias. Todavia, alertamos que não há dicotomia nessa matéria: distorções do espaço e do tempo não são causa ou consequência das distorções identitárias; apresenta-se igualmente como um todo indissociável e que se retroalimenta. Negamos assim a estabilidade das redes, do espaço e das identidades, que são tão dinâmicos como nossas formas de ver o mundo.

Referências

- ADAMS, Suzy. Introduction to post-phenomenology. **Thesis Eleven**, n.90, p.3-5, 2007. <https://doi.org/10.1177/072551360707924>
- ALLEN, John. Topological twists: Power’s shifting geographies. **Dialogues in Human Geography**, v.1, n.3, p.283-298, 2011a. <https://doi.org/10.1177/20438206114215>
- ALLEN, John. Powerful assemblages? **Area**, v.43, n.2, p.154-157, 2011b. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4762.2011.01005.x>
- ALMEIDA, Maria Geralda de. A reinvenção da natureza. **Espaço e Cultura**, n.17-18, p.41-53, 2004. <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2004.7847>
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ANDERSON, Ben. Becoming and being hopeful: towards a theory of affect. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.24, p.733-752, 2016. <https://doi.org/10.1068/d393>
- ANDERSON, Ben. Affect. (In): **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**, John Wiley & Sons, p.1-3, 2017.
- APPADURAI, Arjun. The Past as a Scarce Resource. **Man**, new series, v.16, n.2, p.201-219, 1981. <https://doi.org/10.2307/2801395>
- ASH, James. Post-Phenomenology and space: A geography of comprehension, form and power. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.45, i.1, p.181-193, 2020. <https://doi.org/10.1111/tran.12331>
- BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, v.10, n.1, p.95-129, 2005.
- BERQUE, Augustin. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v.2, n.1, p.4-12, 2012. <https://doi.org/10.22409/geograficidade2012.21.a12816>
- BERQUE, Augustin. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, inverno, 2017. <https://doi.org/10.22409/geograficidade2017.72.a12977>
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2013.
- BLOCH, Maurice. The Past and the Present in the Present. **Man**, new series, v.12, n.2, p.278-292, august, 1977. <https://doi.org/10.2307/2800799>

- CADMAN, Louisa. Nonrepresentational Theory/Nonrepresentational Geographies. (In): KITCHEN, Rob; THRIFT, Nigel (eds.). **International Encyclopedia of Human Geography** (1st Edition). Oxford: Elsevier, p.456-463, 2009.
- COHEN, Anthony P. Culture as identity: An Anthropologist's view. **New Literary History**, v.24, p.195-209, 1993. <https://doi.org/10.2307/469278>
- COSGROVE, Denis. Place, landscape, and the dialectics of cultural geography. **The Canadian Geographer**, v.XXII, n. 1, p.66-72, 1978. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1978.tb01218.x>
- CRESSWELL, Tim. Review essay Nonrepresentational theory and me: notes of an interested sceptic. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.30, i.1, p.96-105, February, 2012. <https://doi.org/10.1068/d494>
- CROUCH, David. Bricolage, poetics, spacing. **Humanities**, v.6, n.95, p.1-7, 2017. <https://doi.org/10.3390/h6040095>
- DUNCAN, James. The superorganic in American Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.70, n^o2, p.181-198, 1980. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1980.tb01306.x>
- FRIEDMAN, Jonathan. Our time, their time, world time: The transformation of temporal modes. **Ethnos: Journal of Anthropology**, v.50. n.3-4, p.168-183, 1985. <https://doi.org/10.1080/00141844.1985.9981301>
- GILROY, Paul. Race ends here. Abingdon, Oxford: **Ethnic and racial studies**, vol. XXXI, n^o5, pp.838-847, 1998. <https://doi.org/10.1080/014198798329676>
- GRATALOUP, Christian. Os períodos do espaço. *Geographia*, ano VIII, n.16, p.31-40, 2006. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.v8i16.a13520>
- GUELKE, Leonard. An idealist alternative in human geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.64, n.2, June, p.193-202, 1974. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1974.tb00970.x>
- HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Buenos Aires e Niterói: Clacso e Universidade Federal Fluminense, 2021.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- HARRISON, Paul. “How shall I say it...?” Relating the nonrelational. **Environmental and Planning A: Economy and Space**, v.39, i.3, p.590-608, March, 2007. <https://doi.org/10.1068/a382>
- HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec Edusp, 1978.
- HARVEY, David. Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination. **Annals of the Association of American Geographers**, v.80, n.3, p.418-434, 1990. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1990.tb00305.x>
- HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**, ano IV, n.7, p.67-78, 1999.
- HOLZER, Werther. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, v.10, n.17, p.18-29, 2013.
- INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v.25, n.2, p.152-174, 1993. <https://doi.org/10.1080/00438243.1993.9980235>
- INGOLD, Tim. Culture on the ground: The world perceived through the feet. **Journal of Material Culture**, v.9, n.3, p.315-340, 2004. <https://doi.org/10.1177/135918350404689>
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos em um mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, ano 18, n.37, p.25-44, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>

- INKPEN, Rob; COLLIER, Peter; RILEY, Mark. Topographic relations: developing a heuristic device for conceptualising networked relations. **Area**, v.39, n.4, p.536-543, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4762.2007.00759.x>
- KARJALAINEN, Pauli Tapani. Topobiography: remembrance of places past. **Nordia Geographical Publications**, v.38, n.5, p.31-34, 2009.
- KARJALAINEN, Pauli Tapani. Lugar em Urwind: uma visão geográfica humanista. **Geograficidade**, v.2, n.2, p.4-22, 2012. <https://doi.org/10.22409/geograficidade2012.22.a12853>
- LATOUR, Bruno. On actor-network theory: a few clarifications. **Soziale Welt**, v.47, i.4, p.369-381, 1996.
- LEA, Jennifer. Post-Phenomenology/Post-Phenomenological Geographies. (in) Kitchin, Rob, Thrift, Nigel. **Encyclopedia of Human Geography**. Elsevier, Amsterdam, 2009. <https://doi.org/10.1016/B978-008044910-4.00726-4>
- LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country**. New York: Cambridge University Press, 2015.
- MACKINDER, Halford J. **Democratic Ideals and realities**. New York: Henry Holt And Company, 1919.
- MACKINDER, Halford J. The geographical Pivot of History. In: Tuathail, Gearóid Ó; Dalby, Simon; Routledge, Paul. **The Geopolitics Reader**. London: Routledge, 2003. <https://doi.org/10.2307/1775498>
- MACPHERSON, Hannah. Non-Representational Approaches to Body-Landscape Relations. **Geography Compass**, v.4, n.1, p.1-13, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1749-8198.2009.00276.x>
- MARANDOLA JR., Eduardo. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**, v.3, n.2, p.49-64, 2013. <https://doi.org/10.22409/geograficidade2013.32.a12864>
- MARTIN, Lauren; SECOR, Anna J. Towards a post-mathematical topology. **Progress in Human Geography**, v.38, i.3, p.420-438, 2014. <https://doi.org/10.1177/03091325135082>
- MCBRIDE, Neil. Actor-Network Theory and the Adoption of Mobile Communications. **Geography**, v.88, n.4, p.266-276, 2003.
- MIKESELL, Marvin W. The myth of nation state. **Journal of Geography**, v.82, n.6, p.257-260, 1983. <https://doi.org/10.1080/00221348308980414>
- MITCHELL, Don. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**. New Series, v.20, n.1, p.102-116, 1995. <https://doi.org/10.2307/622727>
- MUNN, Nancy D. The cultural anthropology of time: a critical essay. **Annual Review of Anthropology**, v.21, p.93-123, 1992.
- MURDOCH, Jonathan. Towards a geography of heterogeneous associations. **Progress in Human Geography**, v.21, i.3, p.321-337, 1997. <https://doi.org/10.1191/03091329766800726>
- MURDOCH, Jonathan. The spaces of Actor-Network Theory. **Geoforum**, v.29, n.4, p.357-374, 1998. [https://doi.org/10.1016/S0016-7185\(98\)00011-6](https://doi.org/10.1016/S0016-7185(98)00011-6)
- NOBRE, Júlio Cesar de Almeida; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. **Cadernos UniFOA**, n.14, p.47-56, 2010. <https://doi.org/10.47385/cadunifoa.v5.n14.1018>
- OHNUKI-TIERNEY, Emiko. Concepts of Time among the Ainu of the Northwest Coast of Sakhalin. **American Anthropologist**, v.71, n.3, p.488-492, 1969. <https://doi.org/10.1525/aa.1969.71.3.02a00090>

- PAASI, Anssi. Geography, space and the re-emergence of topological thinking. **Dialogues in Human Geography**, v.1, n.3, p.299-303, 2011. <https://doi.org/10.1177/2043820611421547>
- PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LII, n.106, p.159-168, 2017. <https://doi.org/10.18055/Finis10196>
- PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LIII, n.107, p. 159-168, 2018. <https://doi.org/10.18055/Finis10197>
- PILE, Steven. Emotions and affect in recent human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers, New Series**, v.35, n.1, p.5-20, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1475-5661.2009.00368.x>
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.
- ROEHE, Marcelo Vial; DUTRA, Elza. Dasein, o entendimento de Heidegger sobre o modo de ser humano. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v.32, n.1, p.105-113, 2014. <https://doi.org/10.12804/apl32.1.2014.07>
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SCHIVELBUSCH, Wolfgang. Railroad Space and Railroad Time. **New German Critique**, n.14, p.31-40, 1978. <https://doi.org/10.2307/488059>
- SILVA, Ingrid Gomes da; LIMA, Luiz Cruz. A indissociabilidade espaço-tempo como elementos de compreensão da ciência geográfica. **Geosul**, v.35, n.76, p.17-38, 2020. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n76p17>
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **Geotemas**, v.10, n.2, p.25-47, 2020.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. A inadequação das regionalizações culturais mediante os pressupostos do pós-colonialismo. Salvador: **Geotextos**, v.14, n.1, p.225-247, 2018a. <https://doi.org/10.9771/geo.v14i1.26462>
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Cultura como comunidade imaginada: uma crítica à abordagem ontológica da cultura nos estudos geográficos. **Geografias**, v.16, n.1, p.27-41, 2018b. <https://doi.org/10.35699/2237-549X.2018.19236>
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. O desconforto das regiões e das classes. **Geosp: espaço e tempo**, v.24, n.3, p.533-546, 2020a. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.173481>
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Questionando as delimitações cartográficas da cultura. **Caminhos de Geografia**, v.21, n.73, p.445-457, 2020b. <https://doi.org/10.14393/RCG217349523>
- SILVA, Márcia Alves Soares da. Por uma geografia das emoções. **Geographia**, ano 18, n.38, p.99-119, 2016. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2016.v18i38.a13775>
- SIMPSON, Paul. Nonrepresentational theory. (in): **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**. John Wiley & Sons, p.1-4, 2017.
- SOUZA JÚNIOR, Carlos Roberto Bernardes. Geografias culturais mais-que-humanas rumo ao coabitar na Terra. **Mercator**, v.20, p.1-10, 2021. <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20005>
- STROHMAYER, Ulf. Technology, modernity and the restructuring of the present in historical geographies. **Geografiska Annaler series B**, v.79, i.3, p.155-169, 1997. <https://doi.org/10.1111/j.0435-3684.1997.00015.x>
- THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THIEN, Deborah. After or beyond feeling? A Consideration of Affect and Emotion in Geography. **Area**, v.37, n.4, p.450-454, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4762.2005.00643a.x>

THRIFT, Nigel. Afterwords. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.18, i.2, p.213-255, 2000. <https://doi.org/10.1068/d214>

THRIFT, Nigel. Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. **Geografiska Annaler**, v.86, i.1, p.57-78, 2004. <https://doi.org/10.1111/j.0435-3684.2004.00154.x>

VIRILIO, Paul. **Speed and Politics**. Los Angeles: MIT Press, 2007.

WATERTON, Emma. More-than-representational landscapes. (in): HOWARD, P. et. al. (eds). **The Routledge Companion to Landscape Studies**. London: Routledge, p.91-101, 2019.

WATSON, James Wreford. The soul of geography. **Transactions of British Geographers**, v.8, n.4, p.385-399, 1983. <https://doi.org/10.2307/621958>

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it. **International Organization**, v.46, p.394-419, 1992. <https://doi.org/10.1017/S0020818300027764>

WIDDOWFIELD, Rebekah. The place of emotions in academic research. **Area**, v.32, i.2, p.199-208, 2000. <https://doi.org/10.1111/j.1475-4762.2000.tb00130.x>

WYLIE, John. A landscape cannot be a homeland. **Landscape Research**, v.41, i.4, p.408-416, April, 2016. <https://doi.org/10.1080/01426397.2016.1156067>



BY



NC



SA

Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual* (CC BY-NC-SA).